



EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL – EAP TEN/2015

EAP 1º TEN QOS

(Edital nº 13/2014, de 10 de dezembro de 2014).

NOME: _____

LOCAL DE PROVA: _____ **SALA:** _____

DATA: 11/04/2015

ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Prova sem consulta.
2. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
3. Esta prova contém 40 (quarenta) questões, valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
4. Para cada questão existe somente uma resposta correta.
5. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
6. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
7. O tempo máximo permitido para a realização da prova objetiva será de 180 (cento e oitenta) minutos incluindo o preenchimento da folha de respostas.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares e o porte de arma de fogo.
9. Iniciadas as provas, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, somente após transcorridos o tempo mínimo de 01:00 (uma hora), e devidamente acompanhados por fiscal do exame.
10. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas da prova objetiva e caderno de prova, devidamente preenchidos, assinados e conferidos.

01ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA no que se refere ao PSOPM (Programa de Saúde Ocupacional do Policial Militar), previsto na Resolução de Saúde Nº 4319/2014.

- A. () A consulta médica será composta por anamnese e exame físico, verificação e registro do esquema de vacinação, solicitação de exames complementares e retorno para avaliação do resultado de exame solicitado, orientação, monitoramento, aconselhamento e encaminhamento.
- B. () O PSOPM compreende a identificação e o controle de riscos relacionados à execução das atividades policiais militares, através da realização de avaliação de saúde periódica somente nas áreas médica e psicológica.
- C. () O prazo para realização da consulta completa do PSOPM será de 30 (trinta) dias a partir da convocação, podendo ser estendido por mais 10 (dez) dias, com autorização do chefe do NAIS.
- D. () Compete ao HPM monitorar e avaliar o desenvolvimento do PSOPM no âmbito da PMMG, além de consolidar os dados de cada trimestre, contendo o número de consultas completas realizadas e o anual que será encaminhado à Chefia do Estado-Maior da PMMG.

02ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Conforme previsto na Resolução de Saúde nº 4319/2014, que estabelece critérios para o Programa de Saúde Ocupacional do Policial Militar, compete ao Núcleo de Atenção Integral à Saúde:

- A. () Capacitar e treinar os integrantes dos NAIS, sob sua responsabilidade, para a execução do PSOPM.
- B. () Comunicar às Cia/Seções as vagas reservadas ao PSOPM, bem como as vagas reservadas ao TPB, com trinta dias de antecedência.
- C. () Planejar, coordenar e controlar o desenvolvimento do Programa de Saúde Ocupacional do Policial Militar, no âmbito da sua abrangência.
- D. () Comunicar à Adjuntoria de Ensino Técnico (AET) ou à Seção correspondente a relação dos policiais militares aptos e inaptos no TAF, para efeito do Treinamento Policial Básico (TPB).

03ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA com relação à aplicação do questionário AUDIT (Alcohol Use Disorders Identification Test), teste para identificação de problemas relacionados ao uso imoderado de álcool.

- A. () O oficial médico, observando a pontuação obtida no AUDIT, enquadrará o policial militar na Zona III (8 a 15 pontos), que refere-se à consumo de risco, sendo feito o aconselhamento.
- B. () A aplicação do teste será obrigatória aos policiais militares que responderam não no campo uso de bebida alcoólica, durante a anamnese.
- C. () Observada a pontuação obtida no AUDIT, a Zona I (0 a 7 pontos) refere-se à abstinência ou consumo sem risco, com intervenção não necessária ou simples informação sobre os riscos do consumo de álcool.
- D. () O oficial médico, observando a pontuação obtida no AUDIT, enquadrará o policial militar na Zona IV (20 a 40 pontos) caso haja consumo prejudicial ou mesmo dependência, com necessidade de tratamento médico.

04ª QUESTÃO – Assinale a alternativa CORRETA, no que se refere ao PSOPM (Programa de Saúde Ocupacional do Policial Militar), previsto na Resolução de Saúde Nº 4319/2014.

- A. () O exame de rastreamento de alcoolismo e o questionário AUDIT serão procedimentos utilizados pelo oficial médico para detecção do uso nocivo de álcool, podendo ser solicitados outros exames complementares.
- B. () O policial militar será encaminhado ao oficial psicólogo se, durante a avaliação médica, apresentar todas estas situações: resposta afirmativa na Ficha de Exame Médico Ocupacional nos campos crises familiares atuais, tabagismo ou uso de bebidas alcoólicas; enquadramento nas zonas de risco II, III ou IV do AUDIT; resposta negativa na Ficha de Exame Médico Ocupacional no campo satisfação com o trabalho; demanda espontânea ou outra indicação médica.
- C. () Não é considerado ato de serviço o comparecimento do policial militar ao PSOPM.
- D. () O PSOPM somente poderá ser realizado por profissional do Quadro de Oficiais de Saúde.

05ª QUESTÃO – De acordo com a Lei Nº 5.301/69, (EMEMG), é CORRETO afirmar que:

- A. () Serão organizados, semestralmente, por postos separados, os quadros de acesso relativos às promoções até Coronel, inclusive.
- B. () O Oficial incluído no quadro de acesso em hipótese alguma poderá ser retirado dele.
- C. () Os militares da reserva ou reformados podem ser proibidos de usar uniformes, temporária ou definitivamente, em virtude da prática de atos indignos, por decisão do Comandante Geral.
- D. () O militar da ativa que aceitar cargo público temporário, estranho à sua carreira, será transferido para a reserva ou reformado.

06ª QUESTÃO – Conforme previsto na Lei Nº 5.301/69, (EMEMG), marque a alternativa CORRETA.

- A. () O militar, quando em tratamento de saúde, em consequência de ferimentos ou doença decorrentes do serviço público, terá direito ao soldo e vantagens do posto ou graduação, até o período de 04 (quatro) anos.
- B. () A qualquer hora do dia ou da noite, na sede da Unidade ou onde o serviço o exigir, o policial militar deve estar pronto para cumprir a missão que lhe for confiada pelos seus superiores hierárquicos ou impostos pelas leis e regulamentos.
- C. () O militar será considerado estável após 02 (dois) anos de efetivo serviço no cargo, mediante avaliação de desempenho individual.
- D. () Enquanto perceber remuneração do cargo temporário, assim como de autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista, tem direito o militar da ativa ao soldo e vantagens do seu posto ou graduação.

07ª QUESTÃO – Marque a alternativa INCORRETA conforme a Resolução Conjunta Nº 4.278/2013, que dispõe sobre perícias, licenças e dispensas saúde, além de atividades correlatas desenvolvidas na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

- A. () A reforma por questões de saúde somente será efetivada após a decisão final do Processo Administrativo de natureza demissionária que conclua pela permanência na IME.
- B. () O militar submetido a PAD será avaliado pelo médico do NAIS da Unidade logo após a reunião de instalação, isto para fins de constatação sobre a necessidade de seu encaminhamento à JCS.
- C. () Excepcionalmente, a DRH e a Corregedoria poderão solicitar à JCS, a avaliação pericial de militares da reserva remunerada ou reformados, em situações específicas e devidamente fundamentadas, para fins de emissão de laudo ou parecer técnico.
- D. () O militar da reserva remunerada portador de doença, sequela ou deformidade, atestada em relatório médico, que o impossibilite de exercer qualquer serviço ou atividade policial ou bombeiro militar e/ou civil, será submetido à perícia de saúde, para fins de eventual emissão de laudo de reforma.

08ª QUESTÃO – A perícia psicopatológica NÃO será realizada na seguinte situação:

- A. () Uso nocivo de etílicos ou de drogas ilícitas, conforme classificação Internacional de Doenças.
- B. () Sinais e/ou sintomas de doença física alienante.
- C. () Tratamento psiquiátrico com ou sem internação hospitalar.
- D. () Transtorno mental orgânico.

09ª QUESTÃO – No caso de alta de militar da ativa, em tratamento regular e intensivo, hospitalar ou em outras instituições não enquadradas na definição de internação hospitalar, assinale a alternativa CORRETA.

- A. () Os períodos de internação hospitalar, devidamente comprovados pelo sumário de alta, não serão computados como licenças saúde e carecem de homologação pela JCS.
- B. () Os períodos de internação em instituições de saúde não hospitalares não serão computados como licenças saúde.
- C. () O médico do NAIS deverá analisar a documentação; realizar perícia de saúde; transcrever os dados de interesse no prontuário do periciado; remeter a documentação original à JCS e manter cópia no arquivo do NAIS; bem como determinar o lançamento do período de internação hospitalar nos sistemas informatizados próprios, inclusive de recursos humanos.
- D. () Em nenhuma hipótese, a internação em clínica, comunidade terapêutica, instituições de saúde e ONG, que não satisfizerem os critérios adotados para internação hospitalar será autorizada para afastamento do serviço e atividade policial ou bombeiro militar.

10ª QUESTÃO – De acordo com o previsto na Resolução de Saúde Nº 4278/13, que dispõe sobre perícias, licenças e dispensas Saúde, é INCORRETO afirmar que:

- A. () Os períodos de internação hospitalar, devidamente comprovados pelo sumário de alta, serão computados como licença saúde.
- B. () A concessão de licença e dispensa saúde se dará por homologação do atestado médico ou odontológico, que será apresentado pelo militar no NAIS onde se encontra vinculado, no mesmo dia ou até o primeiro dia útil subsequente ao de sua emissão.
- C. () O atestado emitido pelo médico ou cirurgião dentista assistente, seja da rede contratada ou da rede orgânica, tem valor informativo, não dispensa a realização de perícia médica ou odontológica para fins de homologação e não justifica a ausência do militar no trabalho. Os oficiais médico e cirurgião dentista podem aceitar ou rejeitar o atestado, no todo ou em parte, tendo total autonomia na formulação de suas convicções e definição do período do afastamento.
- D. () Na vigência de atestado de outro profissional, constatada capacidade laborativa, o oficial médico do NAIS, da JRS ou da JCS, não poderá modificar o período de afastamento e/ou substituir licença saúde por dispensa saúde, após perícia de saúde.

11ª QUESTÃO – Assinale a alternativa CORRETA sobre a perícia de saúde destinada a avaliar a sanidade física e mental de militar.

- A. () O militar submetido à PAD será avaliado pelo médico da JCS logo após a reunião de instalação.
- B. () O Comandante, Diretor ou Chefe não poderá ter acesso às informações sobre o estado de saúde do periciado.
- C. () O militar da reserva remunerada portador de doença, sequela ou deformidade, atestada em relatório médico, que o impossibilite de exercer qualquer serviço ou atividade policial ou bombeiro militar e/ou civil, será submetido à perícia de saúde, para fins de eventual emissão de laudo de reforma, realizada pela JCS, por determinação do Diretor de Saúde.
- D. () As informações relativas a diagnóstico ou CID constantes em documentos ou sistemas informatizados estarão restritas aos profissionais de saúde e, nos setores de Recursos Humanos, aqueles que, por dever funcional, seja indispensável o acesso a referidas informações.

12ª QUESTÃO – Conforme previsto na Portaria Normativa 660/MD (RCont), marque a alternativa CORRETA.

- A. () A atitude, o gesto e a execução são elementos essenciais da continência individual, variáveis conforme a situação dos executantes.
- B. () Quando em trajes civis, nas cerimônias de hasteamento ou arriação da Bandeira, o militar deve tomar atitude de respeito, de pé e em silêncio, com a cabeça coberta.
- C. () Ao encontrar um superior fora de Organização Militar, o subordinado faz a saudação com um cumprimento verbal, de acordo com as convenções sociais, bem como obrigatoriamente faz a posição de “sentido”.
- D. () A Bandeira Nacional tem direito à continência por ocasião da cerimônia de incorporação ou desincorporação, nas formaturas.

13ª QUESTÃO – Assinale a alternativa INCORRETA em relação à Resolução nº 3524/2000, que dispõe sobre o Atestado de Origem na Polícia Militar:

- A. () Moléstia profissional é a que resulta ou pode resultar em licença-saúde do acidentado por mais de 30 (trinta) dias; risco de vida ou de debilidade permanente de membro, sentido ou função; ou aceleração de parto.
- B. () Lesão gravíssima é a que resulta ou pode resultar em incapacidade permanente do acidentado para o serviço de natureza policial-militar; enfermidade incurável; perda ou inutilização de membro, sentido ou função; deformidade permanente, aborto ou morte.
- C. () Relação causa-efeito constitui-se na caracterização de vínculo (antecedente ou causa) entre o acidente de serviço ou moléstia profissional (consequência ou efeito), com a morte, lesão, perturbação funcional, contaminação ou enfermidade em militar, ou seja, é o nexo de causalidade entre o evento danoso à saúde do militar e a sua origem.
- D. () Acidentado é a designação genérica, empregada para caracterizar o militar que se tornar vítima de acidente, em serviço ou fora deste, ou de moléstia.

14ª QUESTÃO – Conforme previsto na Resolução nº 3524/2000, que dispõe sobre o Atestado de Origem, militar não estará em serviço de natureza policial-militar quando se encontrar:

- A. () No local em que deva prestar serviço de escala ou no deslocamento do Quartel para o mesmo e vice-versa.
- B. () Atendendo ocorrência policial-militar, por solicitação ou de iniciativa, mesmo de férias ou de folga e em trajes civis, se tiver dado causa, por dolo ou culpa, ao fato que motivar a própria ocorrência.
- C. () Em diligência do serviço público.
- D. () No deslocamento direto de sua residência para o local de trabalho e vice-versa.

15ª QUESTÃO – De acordo com a Instrução Conjunta de Saúde nº 04/2013 que estabelece critérios para avaliação da produção dos cirurgiões dentistas, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, médicos e psicólogos, é INCORRETO afirmar que.

- A. () Atividades Assistenciais compreendem todos os procedimentos necessários ao diagnóstico e tratamento dos beneficiários do SISAU. Constituem atividades finalísticas dos profissionais de saúde alocados no Hospital da Polícia Militar (HPM), Centro Odontológico (COdont), Centro Farmacêutico (CFarm) e Núcleos de Atenção Integral à Saúde (NAIS).
- B. () Atividades Ocupacionais compreendem os procedimentos de identificação e controle de riscos, relacionados à execução das atividades policiais militares, realizados através da avaliação de saúde periódica, nas áreas de medicina, odontologia e psicologia, esta última quando houver encaminhamento médico, objetivando a identificação precoce de possíveis agravos à saúde, bem como a adoção de medidas técnicas e administrativas que impeçam a progressão de alterações já identificadas e/ou possibilitem a reabilitação profissional do policial militar. Constituem atividades finalísticas para os profissionais alocados nas NAIS.
- C. () Escalas extraordinárias compreendem aquelas escalas cujo emprego é temporário, em eventos previsíveis que exijam esforço específico e serão cumpridas durante as 15 (quinze) horas semanais destinadas aos encargos móveis.
- D. () Atividades Periciais compreendem os procedimentos técnicos, executados por médicos e cirurgiões dentistas do Quadro de Oficiais de Saúde (QOS) ou por profissional credenciado do SISAU, formalmente designado para tal, destinados a esclarecer ou evidenciar fatos de interesse administrativo, previdenciário ou judiciário, dentro dos limites de atuação desses profissionais. Constituem atividades finalísticas dos profissionais alocados na Junta Central de Saúde (JCS).

16ª QUESTÃO – De acordo com a Instrução Conjunta de Saúde Nº 04/2013 que estabelece critérios para avaliação da produção dos cirurgiões dentistas, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, médicos e psicólogos, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Caso seja necessária a intervenção presencial do Oficial não serão computados, como encargos móveis, também os pontos relativos aos procedimentos executados.
- B. () O tempo em que o militar do QOS estiver efetivamente de sobreaviso, para atender as necessidades específicas dos beneficiários internados no HPM, passa a ser pontuado como encargo móvel, mesmo que o oficial não tenha sido formalmente escalado.
- C. () Todos os procedimentos relacionados na referida Instrução Conjunta serão pontuados como encargos móveis, desde que realizados fora das 25 horas semanais destinadas à escala ordinária dos militares do QOS e validados previamente pelo chefe direto do militar, no caso dos procedimentos que não se relacionam ao atendimento clínico de beneficiário do SISAU.
- D. () Compete ao Diretor Geral do HPM, juntamente com o Diretor Técnico, definir as escalas dos militares do QOS que estarão em disponibilidade de sobreaviso, observando o disposto na norma que trata da jornada de trabalho que prevê o cumprimento de 25 (vinte e cinco) horas semanais.

17ª QUESTÃO – Conforme a Lei Nº 10366/90, que dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais (IPSM), é INCORRETO afirmar que.

- A. () Em caso de extinção do IPSM, seu patrimônio passará para o Estado.
- B. () O direito a benefício não prescreve.
- C. () O dependente que houver praticado crime de homicídio contra o segurado só perceberá o benefício após sentença absolutória transitada em julgado. Não se aguardará a sentença absolutória quando a denúncia oferecida em juízo se der por homicídio culposos.
- D. () As prestações previdenciárias não requeridas ou não recebidas no tempo devido prescrevem em 02 (anos) anos, em qualquer situação.

18ª QUESTÃO – São atribuições das Seções de Assistência à Saúde (SAS) previstas na Resolução Conjunta Nº 41/07, que regulamenta o Programa de Medicamentos de Uso Continuo. Marque a alternativa CORRETA.

- A. () Receber e conferir os medicamentos enviados pelo CFARM, encaminhando os relatórios de distribuição devidamente assinados.
- B. () Monitorar os indicadores epidemiológicos para acompanhamento dos beneficiários do Programa, sob sua área de abrangência.
- C. () Analisar solicitações de inclusão, indeferindo (nos casos de existência de substituto, falta de evidência científica ou fora do enquadramento nos conceitos desta resolução) ou encaminhando à Diretoria de Saúde, proposta de inclusão de medicamentos na Relação Padronizada dos Medicamentos de Uso Continuo com parecer técnico conclusivo acerca de sua pertinência.
- D. () Divulgar a Relação Padronizada de Medicamentos de Uso Continuo para os profissionais da rede orgânica, a cada nova atualização.

19ª QUESTÃO – Em relação à Resolução Nº 4.266/13, que versa sobre o regulamento da Diretoria de Saúde (R-107), marque a alternativa INCORRETA.

- A. () Para a prestação da assistência a saúde aos militares da ativa e aos demais beneficiários, o SISAU está organizado em Rede Orgânica e rede credenciada.
- B. () A Rede Orgânica é constituída por unidades integrantes da estrutura da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG) e pelo Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais (IPSM), enquanto a rede credenciada é composta por serviços contratados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais (CBMMG).
- C. () A Diretoria de Saúde é a Unidade de Direção Intermediária responsável, perante o Comandante-Geral, pelo planejamento, gestão, coordenação, controle e supervisão técnica das atividades específicas do Sistema de Saúde (SISAU), na Rede Orgânica.
- D. () As Unidades de Execução e Apoio Administrativo, subordinadas à Diretoria de Saúde, são as seguintes: Hospital da Polícia Militar (HPM); Centro Odontológico (CODont); Centro Farmacêutico (CFarm) e Junta Central de Saúde (JCS).

20ª QUESTÃO – Em relação à Resolução Nº 4.266/13, que versa sobre o regulamento da Diretoria de Saúde (R-107), marque a alternativa INCORRETA.

- A. () A Junta Central de Saúde da Polícia Militar, Unidade de Execução Operacional, composta por colegiado permanente, é responsável pelas atividades médico-periciais em militares da PMMG, do CBMMG e nos beneficiários do IPSM, além do assessoramento técnico em assuntos de sua competência e de outras atividades previstas em normas específicas.
- B. () O Centro Odontológico da Polícia Militar, Unidade de Execução e Apoio Administrativo dos Núcleos de Assistência Integral à Saúde (NAIS), é responsável pelas atividades relacionadas à assistência odontológica especializada aos beneficiários do Sistema de Saúde.
- C. () O Centro Farmacêutico (CFarm) é uma Unidade de Execução e Apoio Administrativo, subordinada à Diretoria de Saúde.
- D. () As Gerências Regionais de Saúde e os Núcleos de Atenção Integral à Saúde das Unidades da Polícia Militar vinculam-se, tecnicamente, à Diretoria de Recursos Humanos - DRH, no que se refere à assistência à saúde na Polícia Militar.

21ª QUESTÃO – Em relação à Resolução Nº 4.266/13, que versa sobre o Regulamento da Diretoria de Saúde da Polícia Militar (R-107), marque a alternativa CORRETA.

- A. () O Hospital Militar apoiará administrativamente e operacionalmente a Diretoria de Educação Escolar e Assistência Social - DEEAS e a Diretoria de Recursos Humanos - DRH.
- B. () Ao Hospital Militar cabe, exclusivamente, à assistência à saúde no nível de atenção primária.
- C. () Cabe ao Hospital Militar da Polícia Militar executar as atividades relacionadas à assistência à saúde ambulatorial e hospitalar.
- D. () Cabe ao Hospital Militar prestar assistência médica de urgência, como pronto atendimento, além de oferecer serviços de apoio ao diagnóstico e serviços cirúrgicos e de internação hospitalar. No entanto as atividades de promoção à saúde são desenvolvidas exclusivamente pela Diretoria de Saúde.

22ª QUESTÃO – Em relação à Resolução nº 4285/13, de 10 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a jornada de trabalho na PMMG, marque a alternativa INCORRETA.

- A. () Turno é o espaço de tempo compreendido nas 24 horas do dia em que o militar é empenhado em atividades operacionais específicas.
- B. () Folga é o espaço de tempo entre duas jornadas consecutivas ou que fecha um ciclo de empenho, destinado à recomposição orgânica do militar.
- C. () Ciclo é o conjunto sequencial de dias de empenho e de folga do militar.
- D. () Período é o conjunto de ciclos sucessivos em que a folga do militar percorre todos os dias da semana ou incide em determinados dias.

23ª QUESTÃO – Em relação à Resolução Nº 4285/13, de 10 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a jornada de trabalho na PMMG, marque a alternativa INCORRETA:

- A. () Escalas ordinárias são aquelas cujo emprego é ou será rotineiro e frequente, em obediência a um plano sistemático, que contém as escalas de prioridade.
- B. () Escalas extraordinárias são aquelas cujo emprego é temporário, em eventos previsíveis que exijam esforço específico, como carnaval, desfile de “07 de setembro”, eventos desportivos/artísticos, entre outros.
- C. () Encargos móveis são aquelas atribuições não previstas na escala ordinária do militar, como o empenho em supervisões, representações, comissões de estudo ou pesquisa e apurações diversas.
- D. () As horas destinadas ao treinamento extensivo e aquelas em que o militar permanecer à disposição da justiça, comum ou militar, promotoria de justiça, delegacias e outras audiências externas, no período de folga ou descanso, convocado em decorrência da atividade policial-militar, farão parte da jornada de trabalho mensal, sendo sua comprovação feita através de documento emitido pelo órgão correspondente.

24ª QUESTÃO – Em relação à Resolução Nº 4.320/14, que regula o direito de acesso à informação no âmbito da PMMG, marque a alternativa INCORRETA.

- A. () Quando não for autorizado acesso integral à informação, por ser ela parcialmente sigilosa ou protegida, é assegurado o acesso à parte não sigilosa, por meio de certidão, extrato ou cópia, com ocultação da parte sob sigilo.
- B. () O acesso à informação compreende, entre outros, o direito de obter orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada no âmbito da PMMG.
- C. () Caberá ao Chefe do Estado Maior coordenar tecnicamente a política de transparência no âmbito da Corporação, representando o Comandante Geral, quando necessário, junto à Controladoria Geral do Estado – CGE.
- D. () Os Gestores de Conteúdo do Portal da PMMG (www.pmmg.mg.gov.br) ficam incumbidos de manter informações atualizadas sobre atividades exercidas pela PMMG, inclusive as relativas à política, organização e serviços da Corporação.

25ª QUESTÃO – Em relação ao Decreto-Lei 1.001, de 21/10/69 – Código Penal Militar, marque a alternativa CORRETA.

- A. () A pena de impedimento não sujeita o condenado a permanecer no recinto da unidade, havendo dessa maneira prejuízo da instrução militar.
- B. () A pena de morte é executada por injeção letal.
- C. () O condenado pela Justiça Militar de uma região, distrito ou zona não pode cumprir pena em estabelecimento de outra região, distrito ou zona.
- D. () A suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função é uma das penas principais previstas no Código Penal Militar.

26ª QUESTÃO – “Deixar o militar ou assemelhado de levar ao conhecimento do superior o motim ou revolta de cuja preparação teve notícia, ou, estando presente ao ato criminoso, não usar de todos os meios ao seu alcance para impedi-lo”. De acordo com o previsto no Decreto-Lei 1.001, de 21/10/69 – Código Penal Militar, o enunciado em destaque refere-se ao crime:

- A. () Omissão de lealdade militar.
- B. () Conspiração.
- C. () Organização de grupo para a prática de violência.
- D. () Motim.

27ª QUESTÃO – Em relação aos diferentes estados de prontidão constantes no Caderno Doutrinário 01 – Intervenção Policial, Processo de Comunicação e Uso da Força, marque a alternativa INCORRETA.

- A. () No estado de alarme, o risco é real e uma resposta do Policial Militar é necessária. É importante focalizar a ameaça e ter em mente a ação adequada para controlá-la, com intervenção verbal, uso de técnicas de menor potencial ofensivo ou força potencialmente letal, conforme as circunstâncias exigirem.
- B. () O estado relaxado é caracterizado pela distração em relação ao que está acontecendo ao redor, pelo pensamento disperso e pelo relaxamento do policial militar. Pode ser ocasionado por crença na ausência de perigo ou mesmo por cansaço.
- C. () No estado de alerta, o policial militar estará preparado para empregar ações de respostas adequadas às situações de normalidade. Não há identificação de um ato hostil e, embora não haja um confronto iminente, o policial militar está ciente de que uma agressão seria possível.
- D. () O estado de pânico ocorre quando o policial militar se depara com uma ameaça para a qual não está preparado ou quando se mantém num estado de tensão por um período de tempo muito prolongado, momento em que seu organismo entra num processo de sobrecarga física e emocional.

28ª QUESTÃO – Marque a alternativa INCORRETA em relação ao Caderno Doutrinário 01 – Intervenção Policial, Processo de Comunicação e Uso da Força.

- A. () O fiel cumprimento do ordenamento jurídico e dos preceitos da ética profissional policial militar é a diferença entre o disparo de arma de fogo efetuado por um policial militar e o disparo desferido por um agressor.
- B. () Quando um policial militar dispara sua arma de fogo no exercício das suas atividades, como último recurso na escala de uso diferenciado de força, não o faz para advertir, assustar, intimidar ou ferir um agressor. Ele o faz para interromper, de imediato, uma ação que atente contra a vida ou ameace uma pessoa de ferimento grave.
- C. () O policial militar, ao utilizar a arma de fogo, não busca, nem aceita, o resultado morte, o que caracteriza a adequação da terminologia uso de força potencialmente letal. O disparo da sua arma de fogo tem por fim a defesa da vida ameaçada.
- D. () Ao utilizar a arma de fogo para repelir uma agressão, de modo a fazer cessar a ameaça à vida ou à integridade física, não há a necessidade do policial militar se preocupar com supostos excessos na sua conduta, pois nesses casos o mais importante é a preservação da vida.

29ª QUESTÃO – Com relação à Lei nº 14.310/02, que versa sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais, sobre o julgamento da transgressão disciplinar, marque a alternativa INCORRETA.

- A. () No julgamento da transgressão disciplinar não serão apuradas as causas que a justifiquem e/ou as circunstâncias que a atenuem ou agravem, procedimentos adotados apenas na esfera judicial.
- B. () Para o julgamento da transgressão disciplinar deverá ocorrer prévia análise que considere os antecedentes do transgressor, as causas que a determinaram, a natureza dos fatos ou dos atos que a envolveram e as consequências que dela possam advir.
- C. () Para cada transgressão, a autoridade aplicadora da sanção atribuirá de um a dez pontos para infração de natureza leve.
- D. () São circunstâncias agravantes para o julgamento da transgressão disciplinar: estar classificado no conceito “C” e a prática simultânea ou conexas de duas ou mais transgressões.

30ª QUESTÃO – Com relação à Lei nº 14.310/02, que versa sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais, marque a alternativa INCORRETA.

- A. () A advertência consiste em uma admoestação verbal ao transgressor.
- B. () A suspensão consiste em uma censura formal ao transgressor.
- C. () A demissão consiste no desligamento de militar da ativa dos quadros da IME, nos termos do EMEMG e da Lei nº 14.310 (Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais).
- D. () A prestação de serviço consiste na atribuição ao militar de tarefa, preferencialmente de natureza operacional, fora de sua jornada habitual, correspondente a um turno de serviço semanal, que não exceda a oito horas, sem remuneração extra.

31ª QUESTÃO – Com relação ao Decreto-Lei Nº 42.843/2001, que regulamenta a concessão de recompensas no âmbito da PMMG, marque a alternativa CORRETA.

- A. () A concessão de recompensa é função inerente ao grau hierárquico e não ao cargo.
- B. () As punições canceladas, nos termos do Código de Ética e Disciplina dos Militares, não poderão ser consideradas e nem servir de referência para qualquer fim, a partir do ato de cancelamento.
- C. () O chefe direto do militar indicado para o recebimento da menção elogiosa verbal deverá encaminhar relatório circunstanciado à Seção de Recursos Humanos da UEOP, que ficará encarregada da menção, preferencialmente, no início das atividades, por ocasião de chamadas ou em outra e, sempre que possível, na presença da tropa.
- D. () A recompensa concedida por uma autoridade em hipótese alguma poderá ser ampliada, restringida ou anulada por autoridade superior.

32ª QUESTÃO – Sobre o Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade – CEDMU, previsto no Decreto-Lei nº 42.843/2001, marque a alternativa CORRETA.

- A. () O militar designado para fazer parte do CEDMU deverá estar, no mínimo, no conceito “B”, com pontuação negativa até -10.
- B. () Qualquer militar poderá compor no máximo dois conselhos simultaneamente.
- C. () O Comandante, Diretor ou Chefe é a autoridade competente para designar formalmente os membros do CEDMU para funcionar no âmbito da sua Unidade.
- D. () O membro mais antigo do CEDMU é o responsável pelo recebimento da documentação que for encaminhada pela Secretaria, bem como pela manutenção do seu controle.

33ª QUESTÃO – Sobre o Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade (CEDMU), previsto no Decreto-Lei Nº 42.843/2001, marque a alternativa CORRETA.

- A. () O CEDMU terá prazo de 10(dez) dias úteis para analisar e emitir parecer em comunicações disciplinares, propostas de recompensas e recursos disciplinares e de 15(quinze) dias úteis para procedimentos administrativos regulares, contados a partir do recebimento da documentação oriunda da Secretaria, não se contando o dia do recebimento.
- B. () Na análise a ser levada a efeito pelo CEDMU deverão ser observados aspectos relacionados exclusivamente quanto à forma do procedimento, sendo que os fundamentos legais e fáticos serão de responsabilidade do Comandante, Diretor ou Chefe da Unidade.
- C. () O militar a quem é imputada a prática de transgressão disciplinar deverá ser notificado formalmente do dia, hora e local em que o CEDMU se reunirá para apreciar a documentação a seu respeito, sendo permitida a presença apenas de seu representante legal devidamente constituído para acompanhamento da reunião.
- D. () O prazo para que o Comandante da Unidade exare a sua decisão será de 10(dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da documentação capeada pelo parecer do CEDMU, não se contando o dia do recebimento.

34ª QUESTÃO – Sobre o Decreto Nº 46.297/13, que versa sobre o Regulamento de Promoção de Oficiais (RPO), marque a alternativa CORRETA.

- A. () “Incapacidade Física” é um dos critérios previstos para promoção de oficiais.
- B. () As promoções por “ato de bravura” e por “necessidade do serviço” serão realizadas, anualmente, no dia vinte e cinco de dezembro, por ato do Governador do Estado.
- C. () A promoção por necessidade do serviço caberá ao militar não promovido por merecimento e que satisfaça as condições legais previstas.
- D. () As condições para estabelecimento do ato de bravura deverão ser apuradas em IPM (Inquérito Policial Militar), através de Portaria assinada pelo Comandante-Geral.

35ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA sobre o Decreto Nº 46.297/13, que versa sobre o Regulamento de Promoção de Oficiais.

- A. () O Oficial incluído no Quadro de Acesso – QA – e que for, posteriormente, julgado incapaz definitivamente para todos os serviços de natureza policial ou bombeiro-militar ou julgado inválido, em exame de saúde, não será promovido, sendo o ato publicado em BGPM.
- B. () A promoção por “necessidade do serviço” motiva-se pelo término de curso ou pela adequação de efetivo, a juízo do Comandante-Geral da respectiva instituição militar.
- C. () O ato de promoção por invalidez retroage, para todos os fins e efeitos legais, exclusivamente à data do fato que a provocou.
- D. () O Oficial que falecer em consequência do desempenho de atividade policial-militar ou bombeiro-militar poderá ser promovido ao posto imediato, mediante proposta da CPO, ficando excluído o oficial que falecer em virtude de acidente de serviço.

36ª QUESTÃO – “Interstício é o período mínimo, contado dia a dia, em que o Oficial deverá permanecer no posto para que possa ser cogitado para a promoção pelos critérios de merecimento ou antiguidade” De acordo com o Decreto Nº 46.297/13, que versa sobre o Regulamento de Promoção de Oficiais (RPO), marque a alternativa CORRETA sobre o interstício mínimo para promoção de oficiais.

- A. () 2º Tenente: três anos.
- B. () Capitão: três anos.
- C. () Major: um ano.
- D. () Tenente-Coronel: dois anos.

37ª QUESTÃO – De acordo com o previsto na Resolução Nº 4085/2010-CG, que dispõe sobre a aquisição, o registro, o cadastro e o porte de arma de fogo de propriedade do militar, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Não há a necessidade do lançamento da munição e do colete à prova de balas adquirido pelo militar no SAAM/PM da Unidade, sendo necessário apenas o lançamento dos dados referentes à arma de fogo.
- B. () A aquisição de arma de fogo, munição e colete à prova de balas, para uso próprio, é direito exclusivo do militar da ativa.
- C. () Em casos excepcionais, é possível a transferência da autorização para a aquisição ou para a venda de arma de fogo, munição e colete à prova de balas.
- D. () O militar poderá adquirir, mediante autorização, arma de fogo destinada a uso próprio, no comércio, na indústria, de civil, de militar da PMMG ou de militar de outras instituições.

38ª QUESTÃO – De acordo com o previsto na Resolução Nº 4085/2010-CG, que dispõe sobre a aquisição, o registro, o cadastro e o porte de arma de fogo de propriedade do militar, marque a alternativa CORRETA:

- A. () O colete à prova de balas poderá ser adquirido diretamente de fábricas, de comércios civis regulares e de particulares, em níveis de proteção permitidos pelo EB, após devidamente autorizado.
- B. () Atendidas as formalidades e requisitos previstos na Resolução Nº 4085/2010-CG, o procedimento de aquisição de arma de fogo não deverá ultrapassar 180 (cento e oitenta) dias, contados do protocolo do pedido do militar.
- C. () Para a retirada da arma de fogo, o adquirente comparecerá ao estabelecimento comercial e apresentará apenas a carteira especial de Polícia.
- D. () Não é necessário para a retirada do colete à prova de balas a apresentação ao vendedor do registro emitido pelo SAAM/PM, ficando tal documento restrito à arma de fogo adquirida.

39ª QUESTÃO – De acordo com o previsto na Resolução Nº 4085/2010-CG, que dispõe sobre a aquisição, o registro, o cadastro e o porte de arma de fogo de propriedade do militar, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Ter sido transferido para a reserva não remunerada não é uma situação impeditiva à autorização interna da PMMG para o militar adquirir arma de fogo, munição ou colete à prova de balas.
- B. () A aquisição de munição é limitada ao calibre correspondente ao da arma registrada como propriedade do militar.
- C. () O militar reformado será avaliado por oficial médico e psicólogo da SAS ou do NAIS para obter a autorização para aquisição de arma de fogo, não sendo necessária tal avaliação para o militar da reserva remunerada.
- D. () O militar poderá adquirir, para uso próprio, no máximo 02 (dois) coletes à prova de balas, de uso permitido.

40ª QUESTÃO – De acordo com o previsto na Resolução Nº 4085/2010-CG, que dispõe sobre a aquisição, o registro, o cadastro e o porte de arma de fogo de propriedade do militar, marque a alternativa CORRETA.

- A. () A arma de fogo de uso restrito será entregue, pelo fabricante, nos locais previamente determinados no instrumento de cooperação, a critério da DAL, e somente será repassada ao militar após o devido cadastro e registro no órgão competente do Exército Brasileiro. A publicação em BIR e confecção do respectivo CRAF poderá ser feita após a entrega da arma de fogo ao militar, mediante recibo correspondente.
- B. () A aquisição de arma de fogo, diretamente da fábrica, será precedida de autorização pelo Comando do EB e realizada, exclusivamente, mediante Plano de Aquisição da Polícia Militar, coordenado pela DAL. Tal procedimento não é necessário para a aquisição de munição e colete à prova de balas.
- C. () A transferência de propriedade de arma de fogo, já devidamente cadastrada e registrada no SAAM/PM e no SIGMA, será realizada por venda, permuta, doação, ou outra forma em direito admitida, podendo ocorrer entre militares e de militares para civis.
- D. () Para as aquisições de armas de fogo diretamente do fabricante, será admitido, apenas em casos excepcionais, faturamento em nome da Polícia Militar ou de suas Unidades.

Corte aqui

RASCUNHO – GABARITO DO CANDIDATO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40